

PSICOLOGIA & SOCIEDADE

Psicologia & Sociedade

ISSN: 0102-7182

revistapsisoc@gmail.com

Associação Brasileira de Psicologia
Social
Brasil

Louise Batista, Vanessa

Metamorfoses urbanas: condições socioambientais à construção de identidades em áreas
de concentração da pobreza

Psicologia & Sociedade, vol. 29, 2017, pp. 1-9

Associação Brasileira de Psicologia Social
Minas Gerais, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309350113055>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

METAMORFOSES URBANAS: CONDIÇÕES SOCIOAMBIENTAIS À CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES EM ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO DA POBREZA

METAMORFOSIS URBANA: CONDICIONES SOCIOAMBIENTALES A LA CONSTRUCCIÓN DE IDENTIDADES EN ÁREAS DE CONCENTRACIÓN DE POBREZA

URBAN METAMORPHOSIS: SOCIO-ENVIRONMENTAL CONDITIONS FOR THE CONSTRUCTION OF IDENTITIES IN AREAS OF CONCENTRATION OF POVERTY

<http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29172262>

Vanessa Louise Batista

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, Brasil

RESUMO

Este artigo discorre sobre as condições socioambientais para a construção identitária em áreas de concentração de pobreza. Para tanto, retrata aspectos de um estudo desenvolvido no Sertão da Sesmária, Ubatuba-SP, destacando olhares femininos sobre as imagens da moradia, do bairro, da cidade e de si mesmas enquanto cidadãs. Participaram mulheres de diferentes faixas etárias cujos critérios de inserção eram o tipo e o tempo de moradia naquele bairro. Realizaram-se entrevistas semiestruturadas e, para análise dos discursos, construíram-se categorias, através de unidades de sentido, que respondessem como se veem/percebem/sentem na casa, no bairro e na cidade. Assim, foi possível compreender o modo como a identidade dessas moradoras emergem neste espaço-tempo do viver urbano e afirmar que, em espaços degradados, se constroem identidades degradadas.

Palavras-chave: identidade; metamorfose; espaço urbano; condições socioambientais; pobreza.

RESUMEN

Este artículo discute las condiciones socioambientales de la construcción identitaria en las áreas de concentración de la pobreza. Se retrata aspectos de un estudio desarrollado en el Sertão de Sesmária, Ubatuba-SP, destacando una mirada femenina sobre los imágenes de la vivienda, del barrio, de la ciudad y de sí mismas como ciudadanas. Participaron mujeres de diferentes grupos de edad, cuyos criterios de inserción eran el tipo y el tiempo de vivienda en aquel barrio. Se realizaron entrevistas semiestructuradas y, para el análisis de los discursos, se construyeron categorías, a través de unidades de sentido, que respondieran como se ven / perciben / se sienten en la casa, en el barrio y en la ciudad. Así, fue posible comprender cómo la identidad de esas moradoras emergen en este espacio-tiempo del vivir urbano y afirmar que, en espacios degradados, se construyen identidades degradadas.

Palabras clave: identidad; metamorfosis; espacio urbano; condiciones socioambientales; pobreza.

ABSTRACT

This article discusses the social-environmental conditions to the construction of identity in areas of concentration of poverty. For that, it portrays aspects of a study developed in the Sertão da Sesmária, Ubatuba-SP, highlighting feminine views on the images of the dwelling, the neighborhood, the city and themselves as citizens. Participants were women of different age groups whose criteria of insertion were the type and length of residence in that neighborhood. Semi-structured interviews were conducted and, for discourse analysis, categories were constructed through units of meaning that responded as they see / perceive / feel in the house, in the neighborhood and in the city. Thus, it was possible to understand how the identity of these dwellers emerge in this space-time of urban living and affirm that, in degraded spaces, degraded identities are constructed.

Keywords: identity; metamorphosis; urban space; socio-environmental conditions; poverty.

Introdução

Quando o script mundial determina a cena local

O movimento de periferização e estratificação social é um fenômeno da organização socioambiental e das diversas formas de ocupação do território ao longo da história do homem e que foi ganhando velocidade no ritmo da globalização. A pobreza, então, é um fenômeno socioambiental e, como tal, tem se potencializado pelo viés político neoliberal e totalitário. Trazemos, assim, a vida no Sertão da Sesmaria, bairro entranhado na Mata Atlântica do Parque Estadual da Serra do Mar, em Ubatuba-SP, que fica escondido da ostentação exposta na orla marítima da cidade e deflagra o medo dos perigos e dissabores do cotidiano na periferia. A violência está na gênese da criação desse bairro, espaço indicado pelo poder público para ocupação sem que houvesse condições mínimas de saneamento e estrutura urbanística - ação vexatória e violenta que não considerou quaisquer garantias de bom assentamento e mobilidade para a população.

Entre 1998 e 2001 foi desenvolvida uma pesquisa temática intitulada Políticas sociais e o enfrentamento do reordenamento institucional e público em regiões de desenvolvimento da sociedade brasileira (Lopes, 2001)¹, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e envolvendo um grupo de pesquisa interdisciplinar do qual fazíamos parte. A necessidade de um estudo aprofundado no Sertão da Sesmaria se deu pela identificação dessa área como sendo a de maior concentração de pobreza na cidade de Ubatuba. O presente estudo, então, integra a pesquisa temática geral tendo, porém, seus próprios objetivos e contribuindo para uma análise mais específica dessa área pauperizada.

Na pesquisa temática supracitada, foi aplicado um questionário em 119 casas do bairro. Assim, percebeu-se a presença majoritária das mulheres no cotidiano do lugar e definiu-se o critério de entrevistá-las com o intuito de tecer um entendimento sobre aspectos como: a dinâmica do lugar, as condições socioambientais para a construção identitária em espaços negados/estigmatizados, assim como as possibilidades de metamorfose.

As informações relevantes para o entendimento da dinâmica do bairro e das relações comunitárias se deram através de um levantamento em escala censitária, realizando visitas domiciliares e entrevistas estruturadas em questões fechadas juntamente com cinco questões semiabertas. Buscou-se saber, dentre

outros fatores, das condições de vida e moradia da população frente às ações e políticas do poder público. As entrevistas semiestruturadas permitiram-nos destacar a subjetividade das mulheres moradoras para entendimento do bairro. O recorte de gênero é um fator considerado na análise, mas o que levou a escolhê-las foi o olhar daquelas que vivessem cotidianamente naquele lugar e trouxessem visões de tempos distintos da formação dessa área. Identificamos as produções socioambientais ali presentes recorrendo à história de ocupação de Ubatuba em suas dimensões econômicas, políticas, socioculturais e seus impactos na formação identitária dos moradores do Sesmaria.

A pesquisa temática, arcabouço do vislumbre regional, produziu dados gerais da população e enriqueceu quantitativa e qualitativamente a análise do território, sendo base fundamental para o entendimento das posturas dessas moradoras no cotidiano do lugar. As entrevistas semiestruturadas trouxeram um olhar mais próximo aos que elas lançam para o espaço de convivência, à cidade e a si mesmas enquanto cidadãs: um olhar cidadão, cerceado pela lente fragmentada da cultura de massa e a ideologia do consumo; vedado ideologicamente e impedido de se metamorfosear.

Expressões das identidades: o estigma do degradado

Pretendemos, então, apresentar aqui um recorte hermenêutico da rede de personagens, lugares e modos de metamorfose possíveis de serem vivenciados em tais condições identitárias. Vale refletir sobre as nuances apontadas por Ciampa (1987, p. 154), que conduz o entendimento das personagens como expressão empírica da identidade; essas “vão engendrando umas às outras pelo agir e pelo dizer”.

Por ora, queremos apenas apontar o fato de que uma identidade nos aparece como articulação de várias personagens, articulação de igualdades e diferenças, constituído e constituída por uma história pessoal. ... Identidade é história. Isto nos permite afirmar que não há personagens fora de uma história, assim como não há história (ao menos história humana) sem personagens. (Ciampa, 1987, pp. 156-157)

E, ao estudar a identidade de alguém, “estuda-se uma determinada formação material, na sua atividade, com sua consciência - vale repetir - não como três coisas justapostas, mas a presença de todas em cada uma delas, como uma unidade” (Ciampa, 1987, p. 151). O espaço urbano é fruto da atividade humana e carrega consigo a ética de um tempo histórico (ou de tempos históricos sucessivos), o qual compõe o

socioambiente e gera sentido para os scripts dessas personagens; que, por sua vez, produz o espaço.

A posição de um sujeito no espaço social se expressa tanto na localidade física, quanto na condição de classe, e demonstra a desigualdade impressa no socioambiente. Uns em palacetes e outros em palafitas, uns em lugares higienizados e outros em condições precárias de vida. O espaço se torna mercadoria assim como o sujeito que nele habita. “O consumo do espaço é uma das formas por excelência de ostentação de poder” (Bourdier, 1997, p. 163).

O Sertão da Sesmaria é palco da exclusão social e esconde historicidades diversas sobre um território distante do *space consuming* (Bourdier, 1997, p. 163) da cidade de Ubatuba. A história do local impôs à história dos moradores o estigma de um espaço degradado, precarizado, ou seja, uma pressuposição de uma identidade pela negatividade. De imediato são reconhecidos pela carência (de espaço na cidade, de moradia, de propriedade, de status, de reflexões sobre os impactos socioambientais etc.).

Nesse contexto, nossa aproximação e o diálogo foram acontecendo aos poucos, pelo convívio entre a equipe de pesquisa e a comunidade, facilitando um contato sucessivamente mais íntimo com as mulheres dispostas a oferecer seus depoimentos e evidenciar as personagens que compõem sua identidade. Tal realidade trouxe luz à dramaticidade dos atores nesse cenário cheio de “refugos e dejetos”, materiais e imateriais.

Das excrescências e excrementos

A periferia é, para a sociedade capitalista, o excremento da urbanização. O que se faz possível diante da manutenção do status quo, identifica o que é excluído ou aniquilado. Enquanto se mantiver o consumo como prática do homem livre e ato próprio para a inserção na cidade contemporânea, haverá excrescência socioambiental.

A relação do homem com seu próprio excremento pertence também à esfera do poder. Nada pertenceu em maior medida a uma pessoa do que aquilo que se transformou em excremento. “O excremento, que é o que resta de tudo, apresenta-se carregado de nossas culpas. Ele é a soma comprimida de todos os indícios existentes contra nós. Originalmente, culpa significava estar em poder de outrem” (Canetti, 1960, citado por Ardans, 2001, p. 85).

O espaço em que “vivem-habitam” (Betanini, 1982) as mulheres deste “drama” (Goffman, 1985) - degradado e pauperizado - é um marco comum

para o modo como se apresentam e se representam no cotidiano. Na periferia, falam através de suas personagens de moradora-migrante ou autóctone, de mulher e dona de casa, devotas, telespectadoras, dentre muitas outras. Essas personagens, em maior ou menor grau, “ora se conservam, ora se sucedem, ora coexistem, ora se alternam” (Ciampa, 1987, p. 156). Contudo, há aquelas que predominam no discurso de cada uma, além de haver diferenças particulares em sua representação da pobreza. Assim, adentramos as diferentes histórias advindas de distintos espaços e as que vivem nesse espaço comum.

Percursos da pesquisa (ou método)

As evidências das diversas personagens emergiram dos vínculos entre os pesquisadores e as moradoras ao caminhar pelas ruas do Sesmaria, batendo de porta em porta e, posteriormente, adentrando sua intimidade na convivência do dia a dia. O critério para escolha das mulheres deveu-se, principalmente, pela presença constante no bairro. Já a escolha de cada uma das entrevistadas deu-se em função da representatividade dos modos de vida que ali se sediavam: o estilo de moradia (os três tipos existentes) e o tempo de moradia (por caracterizarem os grupos distintos que se formaram antes e depois da ocupação em massa). O lugar e os modos de vida e moradia são importantes categorias espaço-temporais para a análise das condições sociambientais na construção identitária. Os estilos de moradia existentes eram: alvenaria, madeira e/ou pau a pique; e o tempo em que viviam no lugar: desde a fundação, quando ainda era uma fazenda, ou já em terras desapropriadas com o grupo levado pela prefeitura.

Apresentamos às participantes um roteiro de perguntas que compunham as entrevistas estruturadas e semiabertas e, também, a solicitação de autorização para uso de suas respostas para estudo através de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Como parte integrante de uma pesquisa maior, já tínhamos aval do Comitê de Ética e, também, passou esta pesquisa específica por análise e aprovação do Comitê de Ética em pesquisas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Nove entrevistas foram gravadas e transcritas; analisadas por “unidades de sentido” (Bardin, 1977), buscando categorias que respondessem à hipótese de que as especificidades das condições socioambientais interferem na construção identitária do morador de áreas pauperizadas: como se vê/percebe/sente na casa, no bairro e na cidade. Tais categorias foram contextualizadas junto aos dados gerais (quantitativos

e qualitativos) da pesquisa temática e pelos registros em diário de campo. Neste breve resumo da pesquisa “Sem eiras e nas beiras da cidade”, dá-se foco a uma leitura sobre as personagens dessa história; é um olhar estrangeiro sobre a construção de subjetividades e intersubjetividades.

Elas, por sua vez, ao modo de suas respostas, mostraram-se como mulheres mães, donas de casa, moradoras e, num espaço precário, representaram a si próprias em cada uma dessas personagens. O papel social, derivado da prática e modo do morar, foi o que deu principal sustento à leitura dos depoimentos, já que esses fundam-no como personagem principal - ou protagonista - no cenário do bairro. Nesse sentido, ser mulher, mãe, dona de casa, irmã, esposa etc. é o que faz delas moradoras.

Das falas-personagens aos questionamentos-caminhos

Partindo desses papéis que identificamos, as mulheres do Sesmaria se mostraram solitárias, descontentes, desesperadas, sofredoras, enganadas, inseguras, um lixo. O “como moram” diz de como desempenham e edificam estas personagens que, nesse cenário pauperizado, se apresentam como: moradora-proprietária: *“Agora não preciso pagar aluguel... a casa é feia mas é minha”*; moradora-envergonhada diante das visitas: *“Me desculpe a situação da casa! Nem devia te deixar entrar, mas essa é minha vida”*; moradora-desterritorializada diante do desafio pelo lugar de moradia: *“Só moro aqui porque não tenho outra opção”*; moradora-residente que, depois de moradora resistente, assume o Sesmaria como espaço para moradia: *“Vim de longe, lutei muito para ter um teto e agora que estou aqui, saio não. ... Só saio depois de morta!”*; moradora-prisioneira, que se mostra quando não pode ou quando não quer sair de sua casa e do bairro ou ainda da cidade:

Não gosto de ficar de conversa lá fora, tenho medo, esse bairro é perigoso. Saio só na precisão, quando vou catar latinha na praia, quando preciso de um remédio, na hora de ir pra igreja... mas quando chego já fecho a porta e me escondo aqui. ... Fico presa aqui dentro, tenho medo de lá de fora.

Moradora-violentada, que acaba por criar uma barreira afetiva com relação ao espaço, mediante as agressões nas relações de vizinhança: *“Não dá pra viver aqui na paz, toda hora é briga e confusão. Esse lugar é muito ruim! As pessoas são perigosas e só atacam você! Melhor ficar longe desse povo!”*; moradora-esperançosa, que por iniciar uma nova vida

na cidade faz do bairro seu espaço sede: *“Eu sonho muito e quero poder realizar! Vim de longe, mas aqui, agora, é o meu lugar, não tem outro”*.

Num espaço obnubilado pela lógica de consumo e esquecido pelo poder público, quem são essas mulheres? Quais seus lugares na sociedade contemporânea? Levando-se em consideração que o espaço social encontra-se, ao mesmo tempo, nas estruturas espaciais e nas estruturas mentais (que são, por um lado, o produto da incorporação dessas estruturas), o espaço é um dos lugares onde o poder se afirma e se exerce e, sem dúvida, sob a forma mais sutil: a da violência simbólica como violência desapercebida.

Essas violências sutis e simbólicas se fazem (literalmente) concretas nos espaços arquitetônicos, cujas injeções mudas dirigem-se diretamente ao corpo, obtendo dele – com a mesma segurança que a etiqueta das sociedades de corte – as reverências, o respeito que nasce do distanciamento ou, melhor, do estar longe, a distância respeitosa. Uma urbanidade trajada de civilidade. Tanto o lugar quanto a mobilidade nele identificada são componentes importantes para análise da “viabilidade simbólica do poder e dos efeitos reais do poder simbólico” (Bourdier, 1997, p. 163).

A não-metamorfose é mesmice, é reposição de personagens, é aparência...

Toda a aparência é de estabilidade, ausência de movimento e de transformação: o ser estático, a identidade mito, comandada pelo fetiche de uma personagem, com a qual os identificamos (e somos identificados) e que nos codifica. Somos substantivo (sem percebermos que, de fato, estamos sendo o verbo substantivar-se). (Ciampa, 1987, p. 170)

O contexto urbano, no qual a identidade se constitui, é o cenário mundial derivado das práticas históricas do ocidente, que hoje é demarcado pela globalização ou, como menciona Élvio Martins (1998), uma “geografia das cidades mundiais”. Vale, então, fazer uma leitura possível da relação espaço-indivíduo que se funde na compreensão da gênese da “sociedade urbana”, como o fez Lefebvre (1999): uma sociedade tal que ainda não se completou, está em curso: um “objeto virtual”.

O processo de fetichização do espaço se concretiza nas “formas arquiteturais e urbanísticas” da cidade (Lefebvre, 1999). Tal caráter adquirido pelo espaço e sua coautoria no “drama cotidiano” (Goffman, 1985) se dá a partir de um ordenamento institucional

e público da sociedade, cuja construção e organização espacial se funda na lógica fetichizante da relação indivíduo e espaço².

Nesse sentido, Ubatuba se construiu pela especulação imobiliária e deu origem a um modo de ocupação voltado aos grandes investidores turísticos, às elites que consomem a paisagem como mercadoria e aos migrantes do norte de Minas Gerais e sul da Bahia –baseados na imagem do desenvolvimento e da riqueza ali produzida – que vieram em busca de trabalho e melhores condições de vida. A efetividade da busca dos migrantes se deu ao avesso: em forma de pauperização da vida e dos modos de ocupação do território, de espaços impróprios para moradia que se degradaram pelo uso indevido e ausência de políticas sociais e públicas que garantissem os direitos dessa população.

A relação indivíduo-sociedade expressa na estética espacial denota o caráter da política social implementada. A necessidade lógica de tratar o espaço como um mediador da relação urbana, cuja produção enraíza-se na história e traz implicações decorrentes da cultura, levou a trabalhar as formas e estruturas arquitetônicas como um caráter de linguagem que, segundo Silvia Lane (1984, p. 33), é “produto histórico de uma coletividade” e, como tal, “reproduz uma visão de mundo, produto das relações que se desenvolvem a partir do trabalho produtivo para a sobrevivência do grupo social”.

O espaço supõe corporeidade e constitui-se mediante a organização social e pública de um urbano. As formas e estruturas arquitetônicas são “uma arma de poder, demonstrando o quanto a imposição de um significado único e absoluto ... é uma forma de dominação do indivíduo” (Terwilliger, citado por Lane, 1984, p. 34). As forças criadas e/ou criadoras “após construídas, se levantam e se impõem – aquilo que o passado nos gera e que implica uma submissão do presente; um presente submetido ao passado exatamente através das formas, cuja estrutura podemos conhecer e estudar” (Santos, 1992, p. 258).

Não obstante, se “podemos conhecer e estudar” tal estrutura, é necessário que as formas não sejam concebidas em sua passividade, mas sim ativas e simbolicamente construídas. Esse entendimento exige uma produção do saber não preconceituosa, menos estereotipada desse objeto. O fato de ser um objeto “inanimado” não justifica uma possível frieza no contato com ele, pois o mistério da forma está no conhecer estereotipado e genérico do espaço ou na sua naturalização, que implica uma cegueira. E uma “cegueira que implica uma ideologia” (Lefebvre, 1999).

Naturalizar a casa ou o bairro depauperado é reproduzir ideologicamente a luta de classes e ignorar a estruturação do poder. Buscamos, portanto, um entendimento que contextualize o saber/conhecer o espaço, considerando a dimensão sociopolítica e cultural das formas e estruturas das casas e do bairro do Sertão da Sesmaria para, assim, conceber o urbano na e da cidade.

Metamorfose “urbana” e metamorfose emancipatória

A organização espacial das cidades gira em torno dos sentidos econômicos e/ou religiosos de ocupação no correr da história. O movimento de periferização e estratificação social ganha velocidade no ritmo da globalização. A pobreza é produzida estruturalmente junto à degradação espacial e se potencializa nesse caráter de projeto político capitalista e neoliberal. A imagem degradada do lugar afeta a todos. Os objetos que compõem o espaço do bairro, assim como o lugar da casa, afetam as mulheres entrevistadas de modo negativo, desencadeando o que Espinosa (Chauí, 1983) chama de paixões tristes, de forma que as aprisionam num viver retraído, num universo em que a negatividade é o eixo das “representações” (Goffman, 1985) e as personagens se apresentam pelo que não são, mostram-se pelo seu “desvalor”: *“Como me sinto morando aqui? Nem sei. Parece que nem sinto. Não importo pra ninguém mesmo... não tenho valor pros outros... Vivo como dá e espero um dia ser alguém na vida”*.

A precarização desse local concentra características de degradação: na mata, com a ocupação humana irrefletida, ao longo do tempo, se tornou degradada, o que se manifesta pela extinção de muitas espécies (animais e vegetais) devido à hostilidade dos indivíduos ao ambiente em que vivem. Nessa lógica, se constrói uma sociodiversidade também degradada e degradante da ética e política nas relações sociais e comunitárias. A violência operante nesse modo de vida se sustenta num modo de pensar que dicotomiza os aspectos simbólicos, dissociando emoções e racionalidades, compartimentando ações, encaixotando monadicamente os indivíduos, distanciados uns dos outros e, portanto, tornando-os fragilizados e impotentes para o viver cotidiano.

Vale ressaltar que, apesar de ser um sentimento comum entre os moradores, há que se perceber uma Sesmaria rica e complexa. Sua riqueza é objetivada na diversidade cultural da população, na biodiversidade da Mata Atlântica e na complexidade que envolve a simplicidade do viver nessa área. No processo da

pesquisa temática, atentando-se aos dados produzidos, observa-se que as categorias elencadas através do levantamento socioeconômico evidenciaram necessidades e interesses voltados ao estilo burguês de ocupação do espaço, tais como: ter uma vida como as atrizes de novela, uso de equipamentos domésticos de alto custo, morar nas mansões, comprar o que quiser etc. Isso ressalta os aspectos contemporâneos que formatam os olhares lançados ao espaço e ao modo como se “enraízam” (Weil, 2000) no lugar em que vivem.

Um olhar enviesado e formatado, carente de elementos críticos que desobstruam o entendimento dos moradores que vivem em estado de extrema pobreza. Um olhar preconceituoso sobre as condições que produzem a singularidade da vida no Sertão da Sesmária. “O preconceito é sempre concebido como um obstáculo, uma venda que inibe o olhar ... o olhar cego, o olhar cativo, o olhar supersticioso, o olhar intimidado pela tirania e pelo dogma, não podem ver. Ou veem miragens, fantasmas hediondos e quimeras sedutores” (Rouanet, 1995, pp. 131-132).

A humanidade avançou tecnologicamente para garantir melhores condições de vida, objetivando a longevidade e o bem-estar das populações. Contudo, como o acesso a muitos desses empreendimentos e inovações técnicas é restrito e a expansão urbana é fato, as demandas dos moradores dessa área pauperizada podem ser entendidas como exigências devidas da socialização dos bens produzidos socialmente. Dessa forma, não se podem considerar infundadas tais requisições sob a ótica de que o acesso a essas tecnologias promove um melhor modo de vida.

Todavia, há que se preocupar quanto ao extensionismo urbano a ser refreado em função da degradação que promove no espaço natural, considerando as necessidades criadas pelos meios de comunicação de massa que não são supridas nas condições vigentes. A tecnologia e a lógica industrial e técnico-informacional direcionam e condicionam o mundo urbano e, mediante sua existência, beneficiam (além de facilitar em muitos aspectos) a vida dos homens. Portanto, a preocupação é o acesso de todos às boas condições de vida nos espaços de convivência e trabalho.

A estereotipia cultivada garante a reposição de papéis e personagens pauperizados e humilhados diante da conjuntura social e política. Tal prática consoa com o que entendem como superação destes estigmas: obediência, temor e esperança de salvação. São gratas pela melhoria de vida por “Ele” ter preparado a casa, o bairro onde moram e a mudança de cidade, além dos objetos domésticos que possuem. O trânsito pelo

território é interpretado como um “subir na vida” pelos migrantes que saem dos seus locais nativos na tentativa de fazer a vida em outro lugar; não importa se em situação de extrema pobreza.

Em seus discursos sobre o bairro, relatam (conformadas) que “foi lá que Deus preparou para mim, fazer o quê?”; com relação à cidade, dizem ser “a cidade onde Deus enviou meu marido, que trouxe a família”; sobre os pertences: “eu não tinha fogão a gás, geladeira, eu não tinha nada do que você está vendo aqui. ... De repente, da noite para o dia, Deus me dá ... e eu não vou ficar satisfeita? Eu tenho mais é que agradecer e ficar satisfeita!”. E também se submetem aos atos espúrios dos políticos dizendo: “os políticos é quem mandam, e nós temos que obedecer e ficar satisfeitas”.

Quando as moradoras comentam sobre as melhorias já alcançadas e as que ainda buscam alcançar, tratam do acesso ao trabalho, da proximidade ao modelo metropolitano, da perspectiva de vida aos filhos:

é muito melhor aqui, de onde vim não tinha nada... era no fim do mundo. Aqui temos trabalho, posso ir catar latinha ou fazer qualquer coisa, mas só na temporada; Daí meus filhos vão ter mais jeito de viver; na roça eles nem podiam estudar.

Anunciam, também, o anseio por se inserirem no padrão de vida que observam em classes incluídas ao sistema capitalista, afirmando esperançosamente: “Ainda vou chegar lá!”.

Onde se espera chegar? Num lugar onde a vida seja favorecida e digna? Onde haja comida para a fome, roupa para o frio, abrigo para os seus? Espaço onde caiba a alegria de um viver simples e feliz? Entende-se tal felicidade por aquela que se pauta no contentamento promovido pela liberdade e não num contentamento que disfarça o sofrimento regido pelo medo de ser livre. No entanto, a felicidade entendida por essas mulheres está predefinida por um modelo hegemônico que entra em sua casa pela janela da mídia televisiva, intensificando a alienação social. Elas aspiram a “chegar lá”, mas não aspiram à autonomia para viver a dignidade de uma vida simples, usufruindo seus direitos de cidadãs.

A verticalização das relações se fomenta pela necessidade de ascensão social. O medo produz e é produzido pela desarticulação comunitária e no retraimento do contato entre pares; gera a degradação da autoimagem e justifica a inabilidade do viver junto. Medo próprio de alienado “que, enquanto tal, não só reconhece o poderio externo que o domina, mas o deseja e se identifica com ele” (Chauí, 1995, p. 67)

e, assim, garante que a experiência compartimentada do morar e viver num espaço que reproduza a lógica individualista, particularizando as emoções sentidas e evitando o reconhecimento da via para as relações horizontais e solidárias.

A partilha parece mais legítima quando oferecida a um ser externo à sua realidade: Deus, o poder público, os grandes empresários, os técnicos e gestores dos órgãos públicos, nos quais depositam sua esperança de redenção social. Desses podem reclamar e dizer da ausência. Só assim podem confirmar a carência que sentem de si mesmos e do outro (situado num espaço privilegiado socioeconomicamente), a quem imaginam “perfeito” – os representantes do sistema vigente. A relação distante torna-se um receptáculo das projeções e aspirações.

Cada uma no seu lugar: a ausência do viver coletivo e comunitário

Os vizinhos são outros que, segundo elas, “devem ficar no lugar deles” e estar sempre mais distantes, como se não houvesse uma semelhança nas condições socioambientais diante da conjuntura. Não percebem o quanto confirmam a heteronomia com essa distância e reforçam o sentimento de solidão e tristeza, sofrimento próprio da lógica autoritária que delimita os espaços e forma subjetividades. As condições para o desenvolvimento identitário são marcadas pela falta de reciprocidade, de elos de pertencimento e de crítica ao processo de subjugação ali presentificados.

Essa lógica inverte a ordem inerente ao viver coletivo e humano, pois, ao buscarem segurança, repõem a insegurança. Escondem-se uns dos outros e imaginam o perigo que a relação de vizinhança oferece, tentam evitar o contato, mas a construção da identidade se faz na relação com o outro, num processo de metamorfose contínua (Ciampa, 1987). Por isso, esse agir é violento e reprime a necessidade do viver comum. O contato exige uma disposição em rever e transformar posturas frente ao que concebe como existência e como relação. Para isso, é preciso ousar viver a abertura para o outro e construir a liberdade de construir conjuntamente.

A vida coletiva e comunitária poderia ser um caminho para a segurança contra a violência social apontada pelos moradores do lugar. Contudo, ela se torna perecível diante do distanciamento dos vínculos de vizinhança e parece ser interpretada pela necessidade do não contato com o outro. “Agora não mais um drama coletivo, mas individual; não mais o drama do destino social, mas a dramática representação das carências individuais que se buscam tornar plenas,

em detrimento do devir comunitário” (Lopes, 1996, p.135).

A solução que buscam ao viver precário é individualista e rompe com qualquer possibilidade de emergência da “comunidade de destino” (Bosi, 1994). No entanto, quando percebem que não “chegam lá” sozinhas, atribuem a Deus ou aos políticos a parceria possível para resolver o que precisam. A alegria e a liberdade deixam de ser pensadas a partir das relações cotidianas, mas são associadas a um dogmatismo religioso, de um lado, e a um valor pecuniário, de outro.

O bairro estigmatizado degrada simbolicamente os que o habitam, e que, em troca, o degradam simbolicamente, porquanto, estando privados de todos os trunfos necessários para participar dos diferentes jogos sociais, eles não têm em comum senão sua comum excomunhão. A reunião num mesmo lugar de uma população homogênea na desposseção tem também, com efeito, redobrar a desposseção, principalmente em matéria de cultura e de prática cultural. (Bourdier, 1997, p. 166)

Entre as famílias mais pobres, a mobilidade extrema impede a sedimentação do passado, perde-se a crônica da família e do indivíduo em seu percurso errante. Eis um dos mais cruéis exercícios da opressão econômica sobre o sujeito: a espoliação das lembranças. (Bosi, 1994, p. 443)

O êxodo (local, intermunicipal ou interregional) vivenciado por essas moradoras formou uma “comunidade de vida” (Berger & Lukmann, 1977) nesse sertão, embora cada qual se considere única em seu modo de ver e fazer viver o local. A história e a memória do vivido parece não ter lugar na relação familiar e de vizinhança. Deixaram seus vínculos comunitários para trás, no território de origem, e não atualizaram em novos contatos, nem os reconheceram no novo destino.

A subjugação feminina aos dissabores da pobreza se evidencia nos diversos campos de suas vidas, como pudemos observar na pesquisa temática (Lopes, 2001), em que 86% das mulheres se autodenominam chefe da casa, continuando, contudo, subjugadas aos poderes masculinos e organizando-se mediante o padrão cultural do que é “ser mulher”. Seus desejos femininos circulam pelos papéis de mãe e esposa; seus lugares ainda são os mesmos, como suas atividades: no cuidado com a casa e na sobrevivência dos filhos. Elas vivem (ou sobrevivem) apesar da retaliação cultural, econômica e social que sofrem.

Seus potenciais se escondem sob esse emaranhado de desigualdade e degradação, impedindo-as de se metamorfosearem, libertando-se da teia em que estão

enroscadas: ser mulher, pobre, favelada, desempregada, entre outros estigmas fomentados socialmente. Elas não se identificam como cidadãs através de um olhar crítico à ideologia do individualismo, mas por um “caráter nivelador e totalitário” (Da Matta, 1983, p. 56), próprio da sociedade ocidental. A cidadania se torna um papel social de subalternidade e esperança vaga, e não de emancipação e liberdade na construção histórica de sua identidade.

A ocupação no Sertão da Sesmaria é, portanto, definida na particularidade da história de cada uma das moradoras desse bairro. Muitas negam a pertença a esse segmento socioeconômico e político-cultural; é como se a pobreza extrema não fosse sua, e sim do outro: *“todos são muito pobres ... mas eu só estou em um momento de dificuldade financeira ... Quando achar um emprego vou sair daqui”*. Ao adentrar os lares dessas moradoras, todas recusam a constituição de redes de sociabilidade local, todas têm como limite o seu espaço privado e evitam o espaço público. A convivência válida é com o que vive na orla, o consumidor do turismo local e o que assistem pela TV cotidianamente.

A geo-historicidade expressa na ocupação socioespacial deflagra uma impossibilidade de estabelecer redes de sociabilidades tais que reconfigurem suas histórias e modos de compor uma “comunidade de destino” (Bosi, 1994) - aquela formada por uma busca comum.

A opressão se reproduz através da impossibilidade de constituir uma comunidade de sentido naquele lugar. A forma passiva com que incorporam o modelo hegemônico - apesar do sofrimento que vivenciam nessa comunidade de vida - se dá por almejam possuir bens, materiais e/ou imateriais, que simbolizam a lógica de um viver e habitar burguês: industrializado, massificado e globalizado. Contudo, o fazem pela humilhação social, definindo-se pelo que não são, tentando “metamorfosarem-se” num outro que veem pela janela midiática, pelas vitrines dos centros comerciais ou espaços de poder.

O bairro é entendido como único espaço para montar seu “acampamento permanente”, e o espaço coletivo é “posse do poder público”: a história, assim como a política da cidade, não lhes pertence. Se isso é o estabelecido ideologicamente e arraigado nos modos de vida dos cidadãos, como será possível a “metamorfose emancipatória” (Ciampa, 1987) dessa população nessa e em outras localidades de concentração da pobreza?

Tal idiosincrasia é resultante histórica de uma forma autoritária de apropriação territorial impressa na dinâmica social; de uma política pública totalizante e

totalitária que se impõe ao longo de séculos no Brasil e no mundo. Tal resultado se explicita no Sertão da Sesmaria por um (des)ordenamento socioambiental desigual, em que o turismo mal planejado e massificado, além de massificante e consumista, é privilegiado em detrimento de um sertão denso e complexo, cuja natureza os agentes públicos locais desconhecem. Seus moradores lidam com o estigma da pobreza periférica de forma a naturalizá-la e não articulam a política local para garantir condições menos precárias de vida para esta população³.

À guisa de conclusão

Temida pelos detentores do poder – na sociedade não menos que na família ou no matrimônio, nas tribos de adolescentes ou nos grupos e organizações – a metamorfose, sempre ambígua, situa-se num lugar ubíquo, que só é conhecido por aqueles, como diria Walter Benjamin, que veem caminhos por toda parte: a encruzilhada; trivium humano entre a memória e o projeto. Identidade humana como metamorfose, metamorfose humana como identidade. (Ardans, 2001, p. 92)

No contato com a realidade das moradoras desse sertão, a pesquisa se fez de porta em porta, adentrando o universo subjetivo de mulheres do lugar, quando “puderam abri-lo” para contar sua história e mostrar suas condições de vida. Mostraram-se “sem eiras e nas beiras da cidade”, onde a metamorfose “urbana” impede a metamorfose emancipatória. Cabe ao poder público e aos grupos que atuam junto a essa população se compenetrarem e se firmarem em desenvolver métodos de atuação no território que possibilitem a emancipação dos cidadãos e a emergência da urbanidade tal como definida por Lefebvre:

Se o urbano reúne diferenças e faz diferir aquilo que reúne, nem por isso pode ser definido como sistema de diferenças. ... Ora, o fenômeno urbano manifesta-se como movimento. Ele não pode, portanto, se fechar. ... Sua noção impede prescrever o que reduz, o que suprime diferenças (de diferir e de inventar o que difere). ... A natureza, o desejo, o que se chama de cultura rearranjam-se e se reúnem na sociedade urbana. (Lefebvre, 1999, pp. 156-157)

Então, não está dado, é um processo de construção em que a cidadania está na consciência do direito à cidade em sua complexidade e abrangência de vivências e valores. O modo de ocupar o espaço e fazer uso dele exige prioridade no trato coletivo. E, para isso, carece de mais diálogo entre aqueles que se avizinham em moradas e trabalhos; é preciso avivar o processo coletivo de ocupação dos territórios, tecendo

críticas acerca do caminho geopolítico que resulta em determinados modos de vida sediados em espaços pauperizados.

Há uma necessidade premente de se valorizar a política do local, reconhecendo-a e potencializando-a. E o que se entende por “vida política” (Chauí, 1983) também é outro foco a ser aprofundado entre os cidadãos: ela assemelha-se ao entendimento do urbano. Viver a cidade é construí-la, pertencer a ela, usufruir junto de um coletivo que ocupa o espaço com responsabilidade e zelo.

Vale frisar que as condições socioambientais para a construção da identidade urbana em áreas de concentração de pobreza são tais que impedem a metamorfose emancipatória dos sujeitos e grupos, pois reificam personagens, estigmatizando-os a partir da conformação degradada dos lugares-objeto das especulações imobiliárias. Tais estratégias são adotadas para a manutenção do status quo e desarticulação da vida comunitária, tão cara para o desenvolvimento consciente do lugar de sujeito histórico e social no mundo contemporâneo.

A metamorfose urbana, então, pode ser emancipatória quando há crítica e superação de entendimentos equivocados sobre a cidadania; quando há condições seguras para tecer críticas aos modelos de governança dos territórios de vida; quando os sujeitos se dispuserem a estar em constante transformação na relação com o outro, convivendo e se desenvolvendo; quando a potência do viver humano for algo de fundamental a ser promovido. E, nesse sentido, lutar pelo bem comum é fazer valer tal potência de vida; é constatar o entusiasmo de sentir a manifestação de Deus na direção do discernimento e clareza do que é socialmente justo, reconhecendo seu lugar de direitos. Conquistar os direitos de fato e preservar a fé que lhes é tão cara.

Notas

- 1 Lopes, J. R. (2001). *Políticas sociais e o enfrentamento do reordenamento institucional e público em regiões de desenvolvimento da sociedade brasileira*. (Relatório de pesquisa – não publicado). São Paulo: Universidade de Taubaté.
- 2 Em última instância, esse dipolo reproduz outro - Cultura e Natureza- como premissa.
- 3 Esta afirmação deriva dos poucos contatos com os agentes, técnicos e gestores da Prefeitura Municipal de Ubatuba - SP, 1998-2001.

Referências

Ardans, H. O. B. (2001). *Apontamentos sobre a metamorfose humana: um ensaio de psicologia social*. Tese de Doutorado,

- Programa de Pós-graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Berger, P. L. & Luckmann, T. (1977). *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Betanini, T. (1982). *Espaço e ciências humanas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Bosi, E. (1994). *Memória e sociedade: lembranças de velhos* (3ª ed.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Bourdier, (1997). *A miséria do mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Ciampa, A. C. (1987). *A estória de Severino e a história da Severina*. São Paulo: Brasiliense.
- Chauí, M. (1983). *Política em Espinosa*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Chauí, M. (1995). *Espinosa: filosofia da liberdade*. São Paulo: Moderna.
- Da Matta, R. (1983). *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Goffman, E. (1985). *A representação do eu na vida cotidiana* (8ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Lane, S. T. M. (1984). Linguagem, pensamento e representações sociais. In S. T. M. Lane & W. Codo (Orgs.), *Psicologia Social: o homem em movimento* (pp. 32-39). São Paulo: Brasiliense.
- Lefebvre, H. (1999). *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Lopes, J. R. (1996). Registros teórico-históricos do conceito de identidade. *Psicologia & Sociedade*, 8(2), 7-27.
- Martins, E. R. (1998). Geografia e ciências geográficas. *Margem*, 1(7), 135-144.
- Rouanet, S. P. (1995). O olhar humanista. In A. Novaes (Org.), *O olhar* (5ª ed., pp. 125-148). São Paulo: Companhia das Letras.
- Santos, M. (1992). A cidade e o urbano como espaço-tempo. In A. Fernandes & M. A. F. Gomes (Orgs.), *Cidade e História – modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX* (pp. 257-262). Salvador: UFBA.
- Weil, S. (2000). *O enraizamento* (M. L. Loureiro, Trad.). Bauru, SP: Editora da Universidade do Sagrado Coração.

Agência de fomento: FAPESP - Processo: 00/00185-0

Submissão em: 20/11/2016

Revisão em: 20/07/2017

Aceite em: 26/07/2017

Vanessa Louise Batista é professora do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal do Ceará. Doutora em Psicologia Socioambiental pelo Departamento de Psicologia Social e do Trabalho da Universidade de São Paulo. Mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade de São Paulo e graduada em Psicologia pela Universidade de Taubaté. Coordenadora do Laboratório de Estudos sobre a Consciência.

Endereço: Departamento de Fundamentos da Educação/ UFC. Rua Waldery Uchoa, 1. Benfica. CEP 60020-110. Fortaleza/CE, Brasil.

E-mail: vanessalouise10@gmail.com